

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, de 2020.

(Da Bancada do PSOL)

Requer informações ao Ministro do Turismo, Sr. Marcelo Álvaro Antônio, acerca das exonerações ocorridas na Secretaria Especial de Cultura bem como das políticas a serem desenvolvidas pela pasta.

Senhor Presidente,

Requer-se, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações ao Ministro do Turismo, Sr. Marcelo Álvaro Antônio, acerca das exonerações ocorridas na Secretaria Especial de Cultura bem como das políticas a serem desenvolvidas pela pasta.

No último dia 8 de julho, recebemos nota de repúdio a 11 exonerações ocorridas no dia 02/07/2020, na Secretaria Especial de Cultura, vinculada ao Ministério do Turismo. A nota é assinada pela APCA - Associação Paulista de Críticos de Artes; ATBC - Associação dos Amigos do Teatro Brasileiro de Comédia; Movimento Artigo Quinto; SATED SP - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo; e SATED MG - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais.

Segundo informa a nota, os 11 exonerados eram experientes servidores públicos, integrantes do escasso quadro de especialistas governamentais que cuidam do Sistema Nacional de Cultura do Brasil, e teriam sido dispensados sem qualquer contato, sem prévia comunicação, sem diálogo e sem transição. Situação essa que tem sido recorrente no governo do Presidente Jair Bolsonaro, especialmente na área da Cultura, a exemplo da exoneração de qualificados gestores de órgãos fundamentais para a soberania do país, como Iphan e Funarte, substituídos por pessoas sem formação apropriada para o exercício das funções.

As exonerações contribuem para o desmonte completo do setor cultural, vez que, como explicam as entidades, “perde-se a memória, a experiência, a capacidade de planejamento adequado e o respeito aos processos que auxiliam ou fomentam importantes políticas públicas, governos estaduais e municipais, bem como múltiplos

e complexos campos profissionais que sustentam milhares de famílias, instituições, empresas, equipamentos, espaços, projetos, sejam públicos, privados ou independentes, bem como subsidiam, registram e/ou salvaguardam grande parte da vida cultural brasileira”.

Ante o exposto, solicitamos que sejam fornecidas as seguintes informações:

- a) Quais as funções exercidas, com as devidas descrições das atribuições e responsabilidades, de cada um dos onze servidores exonerados?
- b) Considerando o princípio administrativo da motivação dos atos públicos, quais as razões e justificativas que motivaram cada uma das onze exonerações? Favor enviar documentos que comprovem as razões.
- c) As posições dos cargos exonerados já foram ocupadas? Se não, por quê e qual a previsão? Quem está respondendo pelos programas, políticas e atribuições de responsabilidade de cada um dos exonerados, enquanto não há designação de substitutos neste período?
- d) Considerando o longo intervalo sem preenchimento dos cargos, as políticas e programas nos quais os exonerados atuavam estão sendo continuadas? Quais medidas estão sendo adotadas para que não haja prejuízo ao funcionamento e eficiência dos referidos programas e políticas? Há previsão de que algum destes programas ou políticas sejam cancelados ou revistos? Se sim, por quê?
- e) Caso já tenham ocorrido nomeações, favor enviar os currículos e as justificativas para cada nomeação, que demonstrem, nos termos do Decreto nº 9.727 de março de 2019, a capacidade e aptidão técnica dos indicados para desenvolvimento das funções que lhe serão exigidas.
- f) Considerando que o atual Secretário Especial de Cultura, Mário Frias, não compareceu a reunião virtual com os parlamentares que integram a comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, para expor quais seus projetos para a área, perguntamos: Quais as políticas de preservação da memória, do patrimônio e dos demais bens culturais brasileiros serão implementadas pela Secretaria? Quais as políticas de apoio aos artistas e comunidade cultural estão ou serão desenvolvidas pela pasta, em razão dos impactos da pandemia do coronavírus sobre o setor? Qual será o papel desenvolvido pela pasta no auxílio aos municípios e estados para liberação e execução dos recursos da Lei Aldir Blanc?

g) Favor anexar qualquer outro documento pertinente à elucidação dos fatos.

JUSTIFICATIVA

No último dia 8 de julho, recebemos nota de repúdio a 11 exonerações ocorridas no dia 02/07/2020, na Secretaria Especial de Cultura, vinculada ao Ministério do Turismo, em plena pandemia do coronavírus com exatas 1.277 mortes em 24 horas. A nota é assinada pela APCA - Associação Paulista de Críticos de Artes; ATBC - Associação dos Amigos do Teatro Brasileiro de Comédia; Movimento Artigo Quinto; SATED SP - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo; e SATED MG - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais.

Segundo informa a nota, os 11 exonerados eram experientes servidores públicos, integrantes do escasso quadro de especialistas governamentais que cuidam do Sistema Nacional de Cultura do Brasil, e teriam sido dispensados sem qualquer contato, sem prévia comunicação, sem diálogo e sem transição. Lembrando que, ao longo do tempo do mandato do presidente Jair Bolsonaro, foram exonerados qualificados gestores de órgãos fundamentais para a soberania do país, como Iphan e Funarte, substituídos por pessoas sem formação apropriada para tais funções. E inclusive questionadas – e algumas impedidas – pela Justiça.

A cada dia configura-se o desmonte completo do setor do Cultural. A exoneração desmotivada de servidores, explicam as entidades, “perde-se a memória, a experiência, capacidade de planejamento adequado e o respeito aos processos que auxiliam ou fomentam importantes políticas públicas, governos estaduais e municipais, bem como múltiplos e complexos campos profissionais que sustentam milhares de famílias, instituições, empresas, equipamentos, espaços, projetos, sejam públicos, privados ou independentes, bem como subsidiam, registram e/ou salvaguardam grande parte da vida cultural brasileira”.

Como bem coloca a nota de repúdio, “primeiro nos tiraram o Ministério da Cultura, depois nos alocaram em pastas diferentes em menos de um ano e meio, nomeando nesse ínterim nada menos que cinco secretários. Ao longo do tempo foram exonerados qualificados gestores de órgãos fundamentais para a soberania do país, como Iphan e Funarte, substituídos por pessoas sem formação apropriada para tais funções. O desmonte segue na surdina, impresso nessas súbitas onze exonerações.” As entidades explicam que, com essas exonerações, perde-se a memória, a experiência, capacidade de planejamento adequado e o respeito aos processos que auxiliam ou fomentam importantes políticas públicas, governos

estaduais e municipais, bem como múltiplos e complexos campos profissionais que sustentam milhares de famílias, instituições, empresas, equipamentos, espaços, projetos, sejam públicos, privados ou independentes, bem como subsidiam, registram e/ou salvaguardam grande parte da vida cultural brasileira.

Solicitamos, ante o exposto e em razão do flagrante desmonte do setor cultural brasileiro, solicitamos que sejam respondidas as perguntas formulados no presente requerimento, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, bem como a prestação de informações falsas.

Sala das Sessões, de julho de 2020.

Áurea Carolina
PSOL/MG

Fernanda Melchionna
Líder do PSOL

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

David Miranda
PSOL/RJ

Glauber Braga
PSOL/RJ

Ivan Valente
PSOL/SP

Luiza Erundina
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ